

1. Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Associação Para o Desenvolvimento de Lagares

Sede social: Avenida das Portelas, 127

4560-182 Lagares - Penafiel

Natureza da atividade: Atividades de apoio social sem alojamento

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico usado

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e dos registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime de periodização económica (acrécimo)

A entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidos em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

- Material de agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As Políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a segunda-feira, 31 de Dezembro de 2015 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases da mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item “Juros e rendimentos similares obtidos” se favoráveis ou “Juros e gastos suportados” se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em “Outros rendimentos e ganhos” se favoráveis e “Outros gastos ou perdas” se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo da aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estimem que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item “ativos fixos tangíveis” e mensurados ao custo da aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

Tabela da vida útil dos ativos fixos tangíveis

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	10 anos
Equipamento de transporte	15 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento informático	5 anos

- Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Trata-se de ativos que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços que fazem parte do objeto social da entidade, nem para fins administrativos ou para venda no decurso da sua atividade corrente.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, foram consideradas como custo diferido em 5 anos.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos físicos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo da aquisição deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações de ativos intangíveis com vida úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos em vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

- Inventários

As mercadorias matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo da aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta “Perdas por imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no passivo corrente.

- Provisões

A entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se tenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item “Outras variações nos capitais próprios”, são transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4. Fluxos de caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	4,32 €	46,95 €
Depósitos à ordem	25.269,89 €	5.099,53 €
Total	25.274,21 €	5.146,48 €

5. Clientes conta corrente e fornecedores conta corrente

A Entidade detinha, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 os seguintes saldos na conta de clientes e fornecedores.

Descrição	Saldo devedor 2015	Saldo credor 2015	Saldo devedor 2014	Saldo credor 2014
Clientes e utentes	5.693,45 €		4.388,40 €	
Clientes conta corrente				
Total	5.693,45 €	- €	4.388,40 €	- €
Fornecedores C/C		8.326,42 €	4,73 €	9.310,57 €
Fornecedores Investimentos		1.458,78 €		
Total	- €	9.785,20 €	4,73 €	9.310,57 €

6. Impostos e contribuições

6.1. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo devedor 2015	Saldo credor 2015	Saldo devedor 2014	Saldo credor 2014
Iva a recuperar	569,05 €		602,77 €	
Retenção de impostos sobre rendimentos		3.660,53 €		8.681,75 €
Contribuições para Social (Dez e Sub. Natal)		18.352,36 €		26.612,99 €
Fundos de Compensação		134,28 €		35,12 €
Total	569,05 €	22.147,17 €	602,77 €	35.329,86 €

7. Financiamentos Obtidos

Divulgações relacionadas com financiamentos obtidos à data de 31 de Dezembro de 2015 e 2014 tem seguinte de composição:

Descrição	Ano de 2014	Ano de 2013
<u>Passivo N/ Correntes</u>		
Empréstimos bancários - Conta Cauionada	142.639,08 €	95.370,59 €
<u>Passivo Correntes</u>		
Empréstimos bancários - Conta D. Ordem		
Total	142.639,08 €	95.370,59 €

8. Outras contas a receber e a pagar

As rubricas “outras contas a receber e a pagar” tinham, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 tem a seguinte de composição:

Descrição	Ano 2015	Ano 2014
Outras contas a receber		
I.E.F.P - CEI / CEI +	4.074,84 €	5.759,95 €
I.E.F.P - Estágios Profissionais	21.940,99 €	38.392,43 €
IGFSS-Compensação Educadoras	10.046,52 €	11.208,48 €
Casaxiné		1,23 €
Ricardo Campos		127,40 €
Intersousa	1.400,00 €	1.400,00 €
CLDS +		93.003,64 €
CLDS 3 G - Penafiel Social	432.383,33 €	
Fidelidade		278,23 €
Vallispack	100,00 €	
Total	469.945,68 €	150.171,36 €
Outras contas a pagar		
Férias e Subs. Férias	88.578,99 €	82.977,28 €
EDP	406,22 €	60,94 €
Penafiel Verde		192,44 €
Ricardo Campos	382,20 €	
Telefone		6,97 €
Casaxiné	5.800,00 €	
Flavia	15,83 €	
Penhora Vencimento	122,77 €	122,77 €
Total	95.306,01 €	83.360,40 €

9. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	Ano 2015	Ano 2014
Gastos a reconhecer		
Seguros	3.296,01 €	2.896,64 €
GrenKe	153,75 €	
Total	3.449,76 €	2.896,64 €
Rendimentos a Reconhecer		
CLDS 3G -Penafiel Social	427.907,07 €	89.885,24 €
I.E.F.P - CEI	4.877,19 €	44.868,10 €
Total	432.784,26 €	134.753,34 €

10. Inventários

10.1. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre esta natureza de inventários, conforme quadro seguinte:

Movimentos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	2015	2014
Saldo inicial	719,89 €	1.234,41 €
Compras	54.745,61 €	59.731,21 €
Donativos - B. Alimentar	25.393,78 €	16.240,87 €
Saldo final	829,56 €	719,89 €
Gastos do período	80.029,72 €	76.486,60 €

11. Ativos fixos tangíveis

Divulgação sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	31-12-2014	Adições	Abate	Transferências	31-12-2015
Terrenos e recursos naturais	58.292,07 €				58.292,07 €
Edifícios e outras construções	895.136,41 €				895.136,41 €
Equipamento básico	89.068,23 €				89.068,23 €
Equipamento de transporte	183.208,74 €				183.208,74 €
Equipamento administrativo	90.024,15 €	1.322,39 €			91.346,54 €
Outros AFT					- €
AFT em curso					- €
Ativo Fixo Tangível Bruto	1.315.729,60 €	1.322,39 €	- €	- €	1.317.051,99 €
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	246.131,16 €	25.707,58 €			271.838,74 €
Equipamento básico	85.200,25 €	1.964,99 €		79,66 €	87.085,58 €
Equipamento de transporte	94.949,19 €	22.064,89 €			117.014,08 €
Equipamento administrativo	87.293,32 €	2.381,82 €			89.675,14 €
Outros AFT					- €
Depreciações acumuladas	513.573,92 €	52.119,28 €	- €	79,66 €	565.613,54 €
Ativo Tangível Líquido	802.155,68	-50.796,89	0,00	-79,66	751.438,45
Investimentos Financeiros					
Fundos de compensação	236,29 €	697,41 €		25,20 €	908,50 €
Funda R. S. Solidário		270,30 €			270,30 €
Total Fundos Investimentos	236,29 €	967,71 €		25,20 €	1.178,80 €

12. Fundos patrimoniais

Nos “fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	327.293,20			327.293,20 €
Resultados transitados	39.668,44 €		30.152,74 €	9.515,70 €
Total	366.961,64 €	- €	30.152,74 €	336.808,90 €
O. Variações nos fundos patrimoniais				
Subsídios ao investimento	271.388,58 €	38.852,64 €	25.056,71 €	285.184,51 €
Total do Fundo Patrimoniais	638.350,22 €	38.852,64 €	55.209,45 €	621.993,41 €

13. Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014, foram reconhecidos os seguintes réditos

Rubricas	31-12-2015	31-12-2014
Prestação de serviços	176.443,63 €	171.867,94 €
Quotas de utilizadores	176.443,63 €	171.867,94 €
Outros rendimentos e ganhos	120.295,06 €	116.884,55 €
Rendimentos Suplementares	32.660,83 €	29.198,17 €
Correc. Rel Per. Anteriores	456,64 €	1.072,31 €
Subs. Ao Investimento	25.056,71 €	18.880,79 €
Donativos	53.916,55 €	52.909,30 €
Reembolso seguros e descontos obtidos	1.204,33 €	1.223,98 €
Cedência de Espaço	7.000,00 €	13.600,00 €
Juros Dividendos e outros Rendimentos	- €	0,02 €
Depósitos bancários	- €	0,02 €
Total	296.738,69 €	288.752,51 €

14. Subsídios do Governo e apoios do Governo

14.1. Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras

14.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:

Descrição	2015				2014		
	Natureza	Capitais próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
IPSS, IP (dotações)	não reembolsável			552.613,94			599.417,45
Total	0,00	0,00	0,00	552.613,94	0,00	0,00	599.417,45
Outros							
C.M. Penafiel	não reembolsável			2.275,00			2.125,00
Junta de Freguesia	não reembolsável			17.953,82			13.786,78
I.E.F.P	não reembolsável			60.262,55			48.162,65
Total	0,00	0,00	0,00	80.491,37	0,00	0,00	64.074,43

15. Fornecimentos e serviços externos**15.1. Discriminação de fornecimento e serviços externos**

Para os períodos de 2015 e 2014 os fornecimentos e serviços externos foram os seguintes:

Descrição	Ano 2015	Ano 2014
Trabalhos especializados	7.510,59 €	6.199,24 €
Vigilância e segurança	2.454,08 €	1.013,70 €
Honorários	4.994,13 €	1.918,80 €
Conservação e reparação	23.048,59 €	21.319,06 €
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.822,56 €	3.903,91 €
Material de escritório	4.013,78 €	6.206,26 €
Artigos para oferta	460,39 €	1.555,50 €
Material didático	1.276,00 €	1.766,92 €
Eletricidade	16.614,86 €	12.867,24 €
Combustíveis	13.213,11 €	15.073,74 €
Água	2.498,69 €	2.564,33 €
Outro Fluidos	7.222,59 €	6.114,99 €
Deslocações e estadas	784,10 €	1.266,14 €
Rendas e alugueres	8.585,84 €	7.839,87 €
Comunicação	7.451,71 €	6.617,39 €
Seguros	6.274,70 €	7.670,59 €
Contencioso e Notariado	236,62 €	377,91 €
Despesas de representação	1.682,85 €	2.647,27 €
Limpeza, higiene e conforto	11.012,59 €	10.692,67 €
Serviços eventuais	1.560,00 €	3.660,00 €
Encargos C/ saúde de utentes	477,86 €	650,07 €
Outros serviços	1.380,14 €	1.137,43 €
Total	124.575,78 €	123.063,03 €

16. Outros gastos e perdas

Para os períodos de 2015 e 2014 os outros gastos e perdas foram os seguintes:

Descrição	Ano 2015	Ano 2014
Impostos e taxas	1.214,56 €	1.273,81 €
Correções relativas a Per. Anteriores	546,81 €	1.218,84 €
Donativos	418,57 €	728,60 €
Quotas	586,00 €	336,00 €
Total	2.765,94 €	3.557,25 €
Juros e gastos similares		
Gastos e perdas de financiamento	8.277,75 €	6.335,98 €
Total	8.277,75 €	6.335,98 €

17. Benefícios aos empregados

O número médio de colaboradores ao serviço da entidade durante o exercício de 2015 foi de 52.

Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	ANO 2015	ANO 2014
Gasto com o pessoal		
Remunerações Certas	569.127,14 €	568.030,94 €
Remunerações Adicionais	8.627,35 €	9.250,02 €
Indemnizações	5.382,38 €	3.441,95 €
Encargos sobre remunerações	122.988,73 €	120.445,65 €
Seguro de acidentes no trabalho e doenças profissionais	4.844,60 €	8.104,67 €
Outros gastos com o pessoal	17.461,16 €	9.678,61 €
- Formação		1.950,00 €
- Apoio médico	1.540,00 €	1.500,00 €
- Vestuário e Calçado	2.436,49 €	
- CEI +	13.484,67 €	6.228,61 €
Total de gasto com o pessoal	728.431,36 €	718.951,84 €

18. Divulgações exigidas por diplomas legais

18.1. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos de mora

A entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à Segurança Social em mora

A entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados.

19. Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.